

PROPOSTA PARA O ENSINO DE ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA A NÍVEL DE GRADUAÇÃO *

Emiko Yoshikawa Egry **
Vilma Machado de Queros **

EGRY, E.Y. & QUEIROZ, V.M. de Proposta para o ensino de enfermagem de saúde pública a nível de graduação. *Rev. Esc. Enf. USP*, São Paulo, 19(2):121-126, 1985.

Caracteriza-se, inicialmente, o papel da universidade na formação de recursos humanos em enfermagem. A seguir, são delineadas as etapas para a elaboração do currículo de graduação em enfermagem, sendo destacados os marcos referencial, conceitual, estrutural e metodológico. Os princípios que norteiam o ensino de enfermagem, bem como a forma de introdução do ensino de enfermagem de saúde pública são discutidos dentro do modelo curricular vigente e dentro de uma ampla reestruturação curricular. Ao final são formulados os questionamentos em relação aos papéis do enfermeiro docente e do enfermeiro de campo na atualidade.

INTRODUÇÃO

A situação de saúde no Brasil, apesar de mostrar certa melhoria nos últimos anos, ainda, é crítica, isto porque os problemas de saúde da Nação atingem considerável parte da população e esbarram com causas que poderiam ser evitadas, na maioria das vezes. Nesse contexto, há necessidade, mais do que nunca, de incrementar as ações preventivas como enfoque principal, tanto na política de saúde, enquanto ação, quanto na formação de recursos humanos, particularmente na área de enfermagem ⁵.

“A história da saúde pública demonstra, ainda, que tanto a falta de ações que levam à promoção da saúde como a luta contra as doenças, depende da ideologia dominante, das pressões sócio-econômicas situacionais, das manifestações dos agravos à saúde e do estado dos conhecimentos científicos disponíveis em um determinado momento histórico” ³.

A problemática de saúde no Brasil, não pode ser equacionada de maneira simples, ao contrário, é bastante complexa, pois entende-se que a saúde como um setor da sociedade está em estreita vinculação com

* Trabalho apresentado na II Jornada de Enfermagem de Saúde Pública, promovida pela ABEn. São Paulo, 1983.

** Enfermeira. Professor Assistente do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da Escola de Enfermagem da USP — disciplina *Enfermagem Preventiva e Comunitária*.

os demais setores, que por sua vez, neste momento, apresentam profundas contradições⁵.

PAPEL DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE PÚBLICA

Existem diferentes opiniões sobre a função da universidade na atualidade: alguns consideram-na como um sistema produtivo, cuja função básica é atender às necessidades sociais; outros, em contra-posição, defendem a idéia de que a universidade deva ser em primeiro lugar um instrumento de transformação social; outros, ainda, consideram a universidade como uma instituição voltada para a pesquisa pura, para o avanço das fronteiras do conhecimento e para o ensino³.

Para KRAUSZ³, nenhuma dessas posições, isoladamente, é satisfatória. Ela vê a universidade preenchendo múltiplas funções descritas a seguir: "1. Atender às necessidades presentes e futuras da sociedade na qual está inserida, em termos de busca de novas soluções para os problemas existentes; Isto exige que tanto a pesquisa pura como a aplicada sejam desenvolvidas; 2. Formar recursos humanos capazes de utilizar conhecimentos e práticas gerais e especializadas para atender às necessidades que surgem em consequência das mudanças sócio-econômicas; 3. Contribuir para o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas com vista à melhoria das condições de vida das populações; 4. Contribuir para o avanço dos conhecimentos, permitindo a compreensão ampla do ser humano e da vida em sociedade".

BASES PARA A ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Sabe-se que um currículo de enfermagem deve estar fundamentado primeiramente nas necessidades de saúde da população. E deve levar em consideração as características e tendências da sociedade nas áreas de saúde, da política de formação e utilização de recursos humanos. Além disso, o currículo deve refletir as expectativas dos componentes dos aparelhos de formação e utilização do profissional, ou seja, professores de escolas de enfermagem, alunos de cursos de enfermagem, enfermeiros de campo, representantes de organismos que congregam os profissionais enfermeiros, representantes das entidades de saúde que empregam o profissional, e obviamente, os usuários dos serviços de saúde através de legítimas representações.

Para garantir que o currículo estabelecido por uma escola reflita as reais necessidades e aspirações tanto dos aparelhos de formação quanto daqueles de utilização do enfermeiro, é necessário que haja o envolvimento, durante todo o processo, na medida do possível, dos representantes de todas as suas categorias.

A elaboração de um currículo de enfermagem segue determinadas etapas conhecidas como marcos referencial, conceitual, estrutural e metodológico².

Inicia-se, portanto, a elaboração de um currículo com o estabelecimento de um marco referencial, por meio de levantamento das características sócio-sanitárias, educacionais e de enfermagem da região e do País onde o mesmo será implementado, devendo conter uma análise crítica retrospectiva, um diagnóstico atual e uma análise prospectiva das características citadas ².

Com base no marco referencial, estabelecem-se a filosofia, os valores e conceitos da instituição e, em seguida, o perfil e as funções do enfermeiro a ser formado — etapa denominada como marco conceitual. Este marco conceitual deve refletir as ideologias da clientela, explicitando, para tanto, os conceitos de: homem, sociedade, saúde, enfermagem, enfermeiro, educação, assistência de enfermagem e outros conceitos que possam ser utilizados na explicação mais detalhada dos primeiros.

A próxima etapa na construção do currículo é o marco estrutural, o qual consiste no estabelecimento dos eixos integradores, das unidades curriculares, das disciplinas e de seus respectivos conteúdos programáticos.

A etapa seguinte é o estabelecimento do marco metodológico, onde são determinados os métodos e as técnicas pedagógicas mais adequadas para o processo ensino-aprendizagem.

A última etapa refere-se ao estabelecimento do processo de avaliação do currículo, que deve ser contínuo e programado, visando o fornecimento do “feed-back” necessário. Em última análise, esta avaliação permite saber o impacto das ações de saúde desenvolvidas pelos enfermeiros formados por este modelo curricular, na saúde da população.

O ENSINO DE ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

O sujeito das ações de enfermagem, pode, em diferentes ocasiões ter como foco de assistência o indivíduo, ou a família, ou a comunidade. Os locais para a execução dessas ações podem ser as instituições de saúde (as hospitalares e as tradicionalmente consideradas de saúde pública - centros e postos de saúde) e outras instituições tais como creches, indústrias, escolas e domicílios. Em conseqüência disto, o profissional de enfermagem deve estar habilitado a prestar assistência de enfermagem em quaisquer desses focos e locais de assistência.

Para tanto, a abordagem do ensino de enfermagem deve nortear-se pelos seguintes princípios: 1. iniciar o aprendizado pelo conhecimento do indivíduo sadio e depois, gradativamente, passar para o conhecimento do indivíduo doente; 2. considerar todas as fases do ciclo vital, com suas peculiaridades; 3. desenvolver ações em todos os níveis de assistência, ou seja, a assistência primária, a assistência secundária e a assistência terciária; 4. desenvolver as ações em níveis de complexidade crescente, isto é, das ações mais simples para as ações mais complexas; 5. conduzir o aprendizado do concreto, passando gradativamente ao

abstrato; 6. focar a assistência de enfermagem ao indivíduo, à família e à comunidade visando a integridade social do Homem; 7. conjugar os aspectos físicos, mentais e sociais, encarando o Homem, enquanto assistência de enfermagem como indivizível unidade bio-psico-social; 8. levar em consideração a existência de classes sociais na população e suas características peculiares, de forma a compreender a problemática de saúde e possibilitar o encaminhamento de soluções pertinentes e adequadas; 9. utilizar a metodologia científica em seu conceito mais amplo, considerando que a opção metodológica está em estreita vinculação com a ideologia oculta ou aparente; 10. considerar a importância do auto-conhecimento ou do conhecimento próprio e do processo de comunicação para assegurar a efetiva assistência de enfermagem⁶.

Seguindo esses princípios norteadores, o curso de graduação em enfermagem deverá formar enfermeiros capacitados a desempenhar as seguintes funções básicas: prestação de assistência, administração, ensino, pesquisa e integração social. As quatro primeiras funções acima descritas, já são conhecidas e estão, há muito tempo, sendo desempenhadas, tendo em vista o conjunto das atuações dos enfermeiros e não de cada um em particular, pois neste caso é fácil observar o desequilíbrio e até mesmo o total esquecimento de algumas destas funções na prática cotidiana. A função de integração social, no entanto, é, ainda, uma prática incipiente, tanto na compreensão quanto na operacionalização. Esta função reflete o compromisso social do enfermeiro que pode ser conceituado como sendo um envolvimento constante do profissional com a realidade concreta do seu contexto social, através de sua participação pessoal e profissional nos serviços de saúde, instituições de ensino e entidades de classe; isto implica na adoção de papéis que contribuam para o bem estar social do Homem num constante empenho para o aperfeiçoamento próprio e o desenvolvimento das teorias de enfermagem que regem suas ações⁴.

Os princípios norteadores podem ser aplicados no modelo curricular atual vigente no Brasil, por meio do ensino de enfermagem de saúde pública integrado às disciplinas do currículo mínimo. Neste currículo, as atividades de enfermagem de saúde pública seriam desenvolvidas conjuntamente com disciplinas como Introdução à Enfermagem, Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem Materno-Infantil, Enfermagem Pediátrica, Enfermagem em Doenças Transmissíveis, Administração aplicada à Enfermagem¹ e focalizariam, primeiramente, o indivíduo sadio nos seus aspectos biopsicossociais, dentro de seu contexto de família e de comunidade, a fim de estabelecer parâmetros para a futura assistência de enfermagem ao indivíduo doente. Desta forma o aprendizado seria iniciado por ações simples, passando por ações de média complexidade até atingir as ações mais complexas num "continuum" de graduação das mesmas.

As experiências de aprendizagem devem ser proporcionadas a partir daquelas mais concretas para as abstratas, por exemplo, os assuntos tratados devem refletir primeiro a problemática de saúde da região para

depois ser abordada a da Nação. Além disso, o aprendizado deve iniciar pelo auto-conhecimento dos valores individuais do aluno e de suas necessidades de saúde ⁶.

O processo de comunicação deverá ser aprimorado, no decorrer do Curso, partindo, também, do auto-conhecimento para o hetero-conhecimento ⁶.

As instituições ou locais onde serão desenvolvidas as atividades de ensino prático (estágios) deverão, na medida do possível, estar estruturadas segundo as normas de regionalização e hierarquização da assistência.

As experiências do ensino de graduação devem abranger os níveis de prevenção primária, secundária e terciária, devendo, o aluno, desenvolver ações de promoção, proteção, diagnóstico precoce e pronto tratamento, limitação de incapacidade e reabilitação em cada um dos níveis de assistência à saúde — assistência primária, assistência secundária e assistência terciária ⁶.

Em cada disciplina, no decorrer do curso, deverá haver a correlação da problemática de saúde com a existência e as características das diferentes classes sociais no País ⁶.

As práticas de enfermagem devem ser sempre dirigidas ao indivíduo, à família e à comunidade, com a utilização da metodologia científica em seu conceito mais amplo ⁶.

Em uma proposta de modificação curricular mais abrangente, esses mesmos princípios norteadores poderiam ser seguidos e o ensino de enfermagem de saúde pública em nível de graduação não mais seria apresentado em forma de disciplina isolada, havendo a necessidade de reordenação total de seu conteúdo programático e metodológico de ensino, tendo em vista os marcos referenciais e conceituais de cada instituição de ensino.

CONCLUSÕES

O papel primordial da escola de enfermagem é o de formar recursos humanos que colaborem na melhoria das condições de saúde das populações. Mas, se é verdade que o currículo deve ajustar-se às necessidades sociais, sanitárias e políticas presentes, dificilmente conseguirá formar um profissional "sob medida" para um setor do mercado de trabalho. O acabamento final deverá ser da responsabilidade das instituições empregadoras, que através de seu sistema de educação continuada, buscarão, juntamente com o aparelho formador, adequar o profissional às funções que irá exercer ³.

Para assegurar que o currículo de uma escola de enfermagem reflita as necessidades do campo e as expectativas dos profissionais, urge envolver os enfermeiros de campo em todas as fases da reestruturação curricular, e naturalmente no desenvolvimento do ensino teórico-prático.

Ao final deste trabalho, formulamos algumas questões que poderão servir para futuras reflexões sobre o papel do enfermeiro de campo e o papel do docente de enfermagem:

1. Em quê a nossa prática profissional tem contribuído para melhorar as condições de saúde da população?
2. Na nossa prática profissional estamos realizando pesquisas que consolidem ou contraponham as teorias de enfermagem atualmente existentes?
3. De que maneira estamos desenvolvendo a função de integração social e assumindo nosso compromisso perante a comunidade, as entidades de classe, as instituições de saúde e de ensino?
4. Até que ponto estamos assumindo a responsabilidade de auto-desenvolvimento profissional e pessoal?
5. Porque não damos o devido valor à integração docente assistencial?

EGRY, E.Y. & QUEIROZ, V.M. de Suggestions for the teaching of public health nursing in undergraduate nursing programs. *Rev. Esc. Enf. USP*, São Paulo, 19(2):121-126, 1985.

The authors describe the role of the University in the preparation of human resources of nursing and present the bases for planning of the undergraduate curriculum, emphasizing the referencial, conceptual, structural and methodological frameworks. The principles which should guide nursing education as well as the introduction of public health nursing in the curriculum are discussed. At least there are formulated questions about the nursing teacher's role and the practitioner nursing's role in the actuality.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. **Enfermagem, legislação e assuntos correlatos**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1974. 4v.
2. ESCUELA DE ENFERMERIA DE TACNA. **Curriculum**. Tacna, 1980. (Mimeografado).
3. KRAUSZ, R.R. Algumas reflexões sobre a formação de recursos humanos para a saúde pública. *Rev. Saúde Públ.*, São Paulo, 11(1):151-5, mar. 1977.
4. LIMA, M.F.L. et alii. O enfermeiro e seu compromisso social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 31, Fortaleza, 1979. *Anais*, Brasília, ABEn, 1979. p.33-8.
5. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ESCOLA DE ENFERMAGEM. GRUPO DE TRABALHO SOBRE CURRÍCULO. **Relatório final do grupo tarefa saúde**. São Paulo, 1982. (Mimeografado).
6. ———. **Elxos integradores**. São Paulo, 1984. (Mimeografado).